

# Ministro do Ambiente diz que há “ligeira melhoria” da qualidade da água do Tejo

27 de Novembro, 2017

O ministro do Ambiente disse este fim-de-semana que o acompanhamento “muito, muito fino” da qualidade da água do Tejo iniciado há duas semanas tem trazido “uma ligeira melhoria dos dados” e vai estender-se até à barragem de Belver. João Matos Fernandes visitou a empreitada da Estação de Tratamento de Água da EPAL em Vale da Pedra, no Cartaxo (distrito de Santarém), assinalando os dois anos de Governo socialista, e afirmou que, nas análises realizadas na sexta-feira à água do Tejo, se verificou que o oxigénio dissolvido, que tem estado abaixo do “limite mínimo”, já estava nesse limite.

O ministro assegurou que tem estado a ser feito, desde há 15 dias, “um acompanhamento muito, muito fino sobre a qualidade da água do Tejo a montante da barragem do Fratel”, que será agora estendido até à barragem de Belver. Esse acompanhamento, disse, tem “trazido uma ligeira melhoria dos dados”. Segundo o ministro, a situação “comprova a heterogeneidade dos caudais que vêm de Espanha”.

Reafirmando que o país vizinho está a cumprir com o acordado na Convenção de Albufeira (que estabelece os caudais mínimos nos rios transfronteiriços), Matos Fernandes sublinhou ser “mesmo importante” que esses caudais “sejam mais lisos”. “Gostaríamos que fosse alisado o gráfico dos caudais que vêm de Espanha”, insistiu.

Sobre as alegadas fontes poluidoras, o ministro lembrou que a Centroliva foi já encerrada duas vezes por duas entidades diferentes e que a Celtejo já concluiu a “grande estação de tratamento”, tendo as últimas análises mostrado que “os parâmetros estavam de acordo com a licença que têm”.

O governante declarou que o Ministério tem vindo a reforçar a capacidade de fiscalização da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (IGAMAOT), que, pela primeira vez este ano, construiu um plano integrado de fiscalização, envolvendo as Administrações de Região Hidrográfica, a Agência Portuguesa do Ambiente e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Com este trabalho conseguiu-se “multiplicar por três o número de inspeções e por muito mais do que isso o número de mandados” coercivos.